

A gênese dos museus no Brasil: do colecionismo real à institucionalização da memória e seus desdobramentos

Adelmar Santos de Araújo¹

The genesis of museums in Brazil: from royal collecting to the institutionalization of memory and its unfolding consequences.

Introdução

A compreensão dos museus na contemporaneidade exige ultrapassar abordagens descritivas ou meramente institucionais, situando-os como dispositivos históricos de produção de sentido, profundamente implicados nas relações entre memória, poder e conhecimento. Longe de constituírem espaços neutros de preservação, os museus operam como instâncias de seleção, organização e legitimação de narrativas sobre o passado, desempenhando papel estratégico na construção de identidades coletivas e na definição do que se reconhece como patrimônio cultural.

Nesse sentido, a análise histórica dos museus revela não apenas a evolução de suas formas e funções, mas, sobretudo, os regimes de saber e as racionalidades que orientaram suas práticas ao longo do tempo. Desde suas raízes na Antiguidade, passando pela institucionalização moderna no contexto europeu, até sua inserção em projetos nacionais, os museus configuram-se como espaços privilegiados para a compreensão das articulações entre ciência, cultura e política. Como indicam autores como Pierre Nora (1993) e Jacques Le Goff (1996), os dispositivos de memória não apenas preservam vestígios do passado, mas produzem sentidos sobre ele, sendo atravessados por disputas simbólicas e relações de poder.

No caso brasileiro, essa problemática adquire contornos específicos. A constituição do campo museológico no país está profundamente marcada pela herança colonial e pela incorporação de modelos europeus de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que revela processos de reapropriação, resistência e reinvenção. O pensamento museológico brasileiro, conforme discutido por Bruno Brulon (2018), desenvolve-se nesse entrecruzamento entre norma e invenção, racionalidade e imaginação, configurando-se como um campo plural e tensionado.

É nesse horizonte que o presente artigo se insere. Partindo de uma abordagem teórico-histórica, busca-se analisar a trajetória dos museus e do pensamento museológico no Brasil, articulando três eixos fundamentais: (i) a historicidade das instituições museais em perspectiva ampla; (ii) a constituição do pensamento museológico brasileiro, com ênfase em suas tensões entre colonialidade, normatividade e criatividade; e (iii) a análise do Museu Imperial de Petrópolis como estudo de caso, compreendido como dispositivo de memória e espaço de ensino de História.

¹ Centro de Educação Popular Educação e Pesquisas Econômicas e Sociais; Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Professor de História Contemporânea na Uni-Araguaia, professor e pesquisador no Centro de Educação Popular Educação e Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPPES) e professor da rede estadual de Goiás. <https://orcid.org/0000-0001-7370-7822>, historiaecultura2011@gmail.com

Ao focalizar o Museu Imperial, pretende-se evidenciar como as narrativas museais, ao mesmo tempo em que consolidam memórias institucionalizadas, podem ser tensionadas por abordagens críticas oriundas do campo da Educação Histórica. Conforme demonstrado por Rodrigues (2022), o museu, quando apropriado como ferramenta pedagógica, deixa de ser um espaço de contemplação passiva e passa a constituir-se como um laboratório de investigação histórica, capaz de promover a problematização de narrativas consolidadas e de estimular a construção de uma consciência histórica crítica.

Dessa forma, o artigo defende que os museus devem ser compreendidos como espaços dinâmicos de produção e disputa de sentidos, nos quais se articulam memória, poder e ensino. Ao reconhecer essa dimensão, torna-se possível não apenas analisar criticamente as narrativas museais, mas também explorar seu potencial formativo na construção de sujeitos capazes de interpretar, questionar e ressignificar o passado.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-analítica, articulando revisão bibliográfica e análise documental. A investigação fundamenta-se em referenciais do campo da História, da Museologia e da Educação Histórica, mobilizando autores como Nora (1993), Le Goff (1996) e Brulon (2018), a fim de compreender os museus como dispositivos de produção de memória e conhecimento.

Como estudo de caso, analisa-se o Museu Imperial de Petrópolis, tomando como base a dissertação de Rodrigues (2022), que investiga a instituição a partir de sua exposição de longa duração e de sua apropriação no ensino de História. A análise privilegia a cultura material do acervo, compreendida como fonte histórica, e busca identificar as relações entre narrativa museal, seleção de memória e práticas pedagógicas.

A metodologia orienta-se, portanto, por uma perspectiva crítica, que considera os museus como construções históricas atravessadas por disputas simbólicas, permitindo problematizar suas narrativas e explorar seu potencial formativo no desenvolvimento da consciência histórica.

Sobre a história dos museus

A compreensão do museu na contemporaneidade exige um recuo histórico às suas raízes mais remotas, uma vez que a necessidade humana de reunir, preservar e transmitir conhecimento por meio de objetos acompanha o próprio desenvolvimento das civilizações. Desde as câmaras mortuárias da Mesopotâmia até as coleções votivas do Antigo Egito, observa-se o embrião do que viria a constituir o espaço museológico: não apenas um repositório de artefatos, mas um dispositivo simbólico de produção de sentidos, articulando dimensões religiosas, políticas e cognitivas. Nesse contexto, os objetos assumiam função mediadora entre o sagrado e o mundo social, operando como suportes de memória e de legitimação cultural.

Na Antiguidade Clássica, esse processo adquire maior complexidade conceitual com o surgimento do *Mouseion* grego. Vinculado às Musas e à Mnemosine — divindade da memória —, o *Mouseion* não se restringia à guarda de objetos, mas configurava-se como um espaço de produção e sistematização do conhecimento. Tal modelo alcançou sua expressão mais elaborada no *Mouseion* de Alexandria, a partir do século III a.C., onde a integração entre biblioteca, arquivo e espaço de investigação instituiu um paradigma enciclopédico. Mais do que conservar, essa instituição organizava e produzia saber, estabelecendo uma relação intrínseca entre memória, conhecimento e poder.

Com a transição para a Idade Média, observa-se uma reconfiguração significativa dessas práticas. A Igreja Católica assume o papel central na preservação da cultura material, organizando acervos eclesiais e relíquias que cumpriam funções simultaneamente pedagógicas, litúrgicas e políticas. Nesse período, a guarda dos objetos está profundamente associada à sacralização da memória, ainda distante de uma lógica científica sistematizada, mas fundamental para a continuidade de práticas de preservação e transmissão cultural.

É, contudo, no contexto do Renascimento que se delineiam as bases estruturais do museu moderno. A emergência das chamadas “coleções principescas” e dos “gabinetes de curiosidades” (*cabinets of curiosities*) expressa uma mudança decisiva na relação com os objetos: estes passam a ser organizados não apenas por seu valor simbólico, mas também por critérios de observação, classificação e curiosidade científica. Tais espaços, inicialmente privados e restritos às elites, articulavam saber, poder e distinção social. A Galeria Uffizi, projetada por Giorgio Vasari no século XVI, exemplifica esse processo ao introduzir princípios de ordenação e exposição que antecipam práticas museográficas modernas.

Essa transformação se aprofunda no século XVIII, quando, sob a influência do Iluminismo, ocorre a progressiva abertura dessas coleções ao público. O museu deixa de ser um espaço privado de contemplação aristocrática para se constituir como instituição pública, vinculada ao Estado e orientada por uma função educativa e civilizatória. Nesse momento, consolida-se o museu como instrumento de construção de narrativas nacionais, operando na seleção, organização e legitimação de determinados patrimônios culturais.

É nesse quadro mais amplo de transformações que se insere a experiência brasileira. Embora iniciativas pontuais, como as empreendidas por Maurício de Nassau no século XVII, possam ser identificadas como antecedentes, é a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, que inaugura um novo paradigma cultural. A criação, em 1818, do Museu Real — atual Museu Nacional — por D. João VI representa a institucionalização do modelo museológico europeu em território brasileiro, com ênfase nas ciências naturais e na produção de conhecimento científico.

Entretanto, a experiência brasileira não se limita à mera reprodução de modelos externos. Ao longo do século XIX, instituições como o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista desempenharam papel fundamental na construção de uma narrativa sobre o país, articulando ciência, território e identidade. Esses espaços atuaram não apenas como centros de pesquisa, mas como dispositivos de produção simbólica, contribuindo para a definição de uma memória nacional e para a valorização do patrimônio cultural.

Dessa forma, o presente artigo propõe analisar a história dos museus a partir dessa dupla perspectiva: como herança de tradições intelectuais e como prática histórica situada. Parte-se do pressuposto de que o museu deve ser compreendido como um “retrato da sociedade”, isto é, como uma instituição dinâmica que seleciona, organiza e interpreta o passado a partir de demandas do presente. Nessa condição, o museu ultrapassa a função de simples depositário de objetos, configurando-se como espaço de mediação entre ciência e cultura, capaz de fomentar a reflexão crítica, tensionar narrativas consolidadas e contribuir para a formação da cidadania.

O Pensamento Museológico Brasileiro: Entre a Norma, o Delírio e a Colonialidade

A gênese do pensamento museológico no Brasil não deve ser compreendida como um marco inaugural estático, mas como um processo histórico contínuo, plural e tensionado, operado por diferentes atores que, ao “pensarem com as coisas”, converteram o museu em uma expressão material do pensamento. Nessa perspectiva, conforme postula Bruno Brulon (2018), a Museologia brasileira consolida-se na intersecção entre a racionalidade herdada da modernidade europeia e a necessidade de reimaginar o real. Trata-se de um movimento que o autor, em diálogo com Mário Chagas e Manoel de Barros, denomina “delírio das coisas”, no qual o museu ultrapassa a função de guarda para constituir-se como prática poética e epistemológica. Assim, o banal é ressignificado, e o objeto museal transforma-se em operador de sentidos, articulando imaginação, memória e experiência.

É precisamente nesse ponto que se impõe a necessidade de compreender o pensamento museológico brasileiro não como unidade homogênea, mas como campo de disputas, afetos e construções compartilhadas. Nesse sentido, a reflexão proposta por Brulon evidencia a dimensão sensível e plural do pensamento museológico:

Aqui eu me proponho a imaginar apenas algumas delas, que me levaram e me levam pelos caminhos dessa museologia de que não posso deixar de falar também com afetividade. Falar de pensamento para mim, então, não exclui o afeto. Sem nenhuma pretensão de ser exaustivo sobre um tópico mais amplo até do que os 200 anos da história dos museus no Brasil, proponho o exercício – reflexivo e compartilhado – de pensar o pensamento na museologia brasileira. Imaginemos, juntos, o pensamento museológico brasileiro. Porque ele não é uno, é plural." (BRULON, 2018, p. 14).

A partir dessa chave interpretativa, torna-se possível situar historicamente a constituição desse pensamento, reconhecendo nele as marcas estruturais de uma musealidade profundamente atravessada pela colonialidade. Desde a fundação do Museu Nacional, em 1818, as instituições museais no Brasil foram articuladas a um projeto imperial de produção de saber, no qual a ciência — ancorada em pressupostos de neutralidade e racionalidade eurocêntrica — operava como instrumento de classificação e hierarquização do mundo social. Nesse contexto, a museologia científica inicial dirigia-se sobretudo ao estudo do “Outro”, estabelecendo distinções culturais e raciais que reforçavam a posição da colônia como objeto de conhecimento e da metrópole como centro legítimo de produção epistemológica.

Essa configuração não apenas estruturou as práticas museais, mas também instituiu regimes de visibilidade e invisibilidade, nos quais determinados grupos e experiências foram sistematicamente silenciados. O museu, nesse sentido, funcionava como dispositivo de poder, organizando narrativas que legitimavam uma ordem social hierarquizada e excludente.

A transição para o século XX, por sua vez, não rompeu integralmente com essa lógica, mas a reconfigurou sob novos termos. A criação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, em 1932, marca a emergência de uma museologia normativa no Brasil, caracterizada pela sistematização de práticas, pela especialização técnica e pela institucionalização do campo profissional. Sob a influência de Gustavo Barroso e do diálogo com organismos internacionais, como o *Office International des Musées*, consolidaram-se parâmetros rigorosos de conservação, catalogação e exposição, alinhados aos modelos europeus.

Esse momento foi decisivo para a profissionalização da museologia no país, mas também contribuiu para a consolidação de uma cultura museal marcada por critérios de legitimidade erudita. A ênfase na técnica e na normatização implicou a formação de uma elite intelectual responsável pela mediação entre o patrimônio e a sociedade, frequentemente reproduzindo padrões excludentes de representação e participação.

Entretanto, paralelamente a essa vertente normativa, desenvolveram-se práticas e reflexões que tensionavam esse modelo hegemônico. É nesse campo de fissuras que emerge aquilo que Brulon identifica como o gérmen de uma “museologia mestiça”. Intelectuais como Mário de Andrade e Gilberto Freyre desempenharam papel fundamental nesse processo ao propor concepções de cultura e identidade que valorizavam a diversidade regional, as expressões populares e as formas não hegemônicas de produção simbólica.

Essas perspectivas introduziram novas possibilidades de compreensão do patrimônio, deslocando o foco de uma lógica centrada na monumentalidade e na erudição para uma abordagem mais ampla, que reconhece a pluralidade cultural como elemento constitutivo da sociedade brasileira. Nesse sentido, a museologia passa a ser pensada também como prática social e política, comprometida com a inclusão, a representatividade e a valorização de diferentes experiências históricas.

Dessa forma, o pensamento museológico brasileiro contemporâneo é convocado a realizar uma crítica histórica de si mesmo, reconhecendo suas origens coloniais e seus limites normativos, ao mesmo tempo em que afirma sua potência inventiva. Se, por um lado, a racionalidade positivista tende a fixar sentidos e estabilizar narrativas, por outro, é a imaginação

— entendida aqui como prática crítica e criadora — que permite ao museu reinventar-se como espaço de produção de múltiplas verdades.

Assim, entre a norma, o delírio e a colonialidade, o museu no Brasil revela-se como um campo de tensões permanentes, no qual se articulam memória, poder e imaginação. Longe de ser uma instituição neutra, ele constitui um espaço estratégico de disputa simbólica, capaz não apenas de refletir a sociedade, mas de intervir em sua transformação.

O Museu Imperial como Dispositivo de Memória e Ensino: Tensões entre a História Monumental e a Didática Histórica

A análise da trajetória do Museu Imperial de Petrópolis permite compreendê-lo não apenas como um repositório de objetos vinculados à monarquia, mas como um “lugar de memória” no sentido proposto por Pierre Nora (1993), fundamental para a construção e consolidação de determinadas narrativas sobre a identidade nacional brasileira ao longo do século XX. Conforme destaca Rodrigues (2022), a instituição, criada sob a égide do Estado Novo em 1940, insere-se em um projeto político-cultural mais amplo, no qual o passado imperial é mobilizado como recurso simbólico de legitimação de uma ideia de unidade e estabilidade nacional. Nesse contexto, constitui-se uma “história monumental”, materializada tanto na arquitetura palaciana quanto na seleção e exposição de objetos emblemáticos — como as joias da coroa —, que, por décadas, sustentou uma hegemonia interpretativa sobre o Segundo Reinado.

Entretanto, ao ser analisado a partir das contribuições da Educação Histórica e do campo do ensino de História, o Museu Imperial revela-se como um espaço atravessado por tensões e possibilidades interpretativas. A dissertação de Rodrigues (2022) propõe uma inflexão crítica ao deslocar o museu da condição de espaço de contemplação passiva para a de laboratório de investigação histórica. Nessa perspectiva, a cultura material exposta — que abrange desde carruagens até indumentárias — deixa de ser compreendida apenas como testemunho do passado e passa a ser interrogada como fonte histórica, permitindo tensionar as representações consolidadas sobre o Brasil Imperial.

Esse deslocamento implica reconhecer que a narrativa museal não é neutra, mas construída a partir de seleções, hierarquizações e silenciamentos. Ao confrontar a opulência da elite monárquica com as ausências presentes no acervo — especialmente no que se refere à escravidão e às experiências das camadas populares —, abre-se espaço para uma leitura crítica que evidencia as contradições estruturais do período. O Segundo Reinado, assim, deixa de ser apreendido como um momento de estabilidade homogênea e passa a ser compreendido como um tempo histórico marcado por tensões entre projetos de modernização econômica e a permanência de uma ordem social profundamente desigual e escravocrata.

Nessa direção, a exposição museológica configura-se como um dispositivo pedagógico que exige mediação ativa. A noção de “alfabetização histórica”, mobilizada por Rodrigues (2022), parte do pressuposto de que os objetos não falam por si mesmos; ao contrário, necessitam ser problematizados enquanto vestígios históricos produzidos e preservados sob determinadas condições sociais e políticas. Ao incorporar o museu ao processo de ensino, rompe-se com a ideia de um passado fixo e imutável, favorecendo a construção de uma consciência histórica capaz de reconhecer a complexidade e a historicidade das narrativas.

Nesse sentido, a mediação pedagógica torna-se elemento central para a ativação do potencial interpretativo do museu. Como observa Paulo Knauss (2001), o museu não se reduz a um lugar de memória, mas constitui-se como espaço de produção de conhecimento, no qual os objetos adquirem significado a partir da interrogação crítica do sujeito. Assim, a experiência museal desloca-se da contemplação para a interpretação, exigindo do visitante uma postura ativa diante das narrativas construídas.

Essa possibilidade de leitura crítica está diretamente vinculada ao reconhecimento de que o museu organiza o passado a partir de disputas de memória, operando escolhas que definem o que deve ser lembrado e o que será relegado ao esquecimento. É nesse ponto que a análise

proposta por Rodrigues se articula de forma decisiva com o debate museológico contemporâneo:

Assim, pensar em uma operação pedagógica no campo da produção de conhecimento e do ensino de História que articule uma exposição de acervos implica em enfatizar que ali ocorre a seleção de uma memória, mas não a verdade histórica – que não existe em termos universais – e que esta seleção se dá muitas vezes de maneira socialmente excludente, selecionando o que lembrar e o que esquecer e silenciando atores e experiências sociais de grupos subalternizados. Como ainda sugere Maria Helena Versiani: ‘Não raro, a formação de um acervo ocorre como uma ação estratégica, movida com o intuito de espriar e fortalecer socialmente determinados sentidos, valores e memórias’ (RODRIGUES, 2022, p. 17-18).

A incorporação dessa perspectiva implica reconhecer o museu como um espaço de produção de sentidos, e não como depositário de verdades estáveis. Desse modo, sua inserção no debate acadêmico contemporâneo exige a compreensão de sua função dual: por um lado, como guardião de uma memória institucionalizada e historicamente construída; por outro, como espaço potencial de crítica e ressignificação dessas mesmas narrativas.

É precisamente nesse ponto que reside a principal contribuição da análise de Rodrigues (2022): ao evidenciar que o museu, quando submetido a uma abordagem crítica, pode atuar como ferramenta formativa na construção de uma consciência histórica ampliada. Tal consciência permite deslocar o foco de uma narrativa centrada nas figuras monárquicas para a consideração da multiplicidade de sujeitos históricos — incluindo aqueles tradicionalmente silenciados — e das relações sociais complexas que estruturaram o Brasil Imperial.

Assim, o Museu Imperial, longe de se restringir a um espaço de exaltação do passado, revela-se como um campo de disputas interpretativas, no qual memória, poder e ensino se entrelaçam. Nesse entrecruzamento, o museu assume um papel estratégico na formação de sujeitos críticos, capazes de compreender o passado não como herança fixa, mas como construção histórica aberta à problematização e à transformação.

Resultados e Discussões

O Museu Imperial como Dispositivo de Memória e Ensino

Os resultados da análise evidenciam que o Museu Imperial de Petrópolis pode ser compreendido não apenas como um repositório de objetos vinculados à monarquia, mas como um “lugar de memória”, nos termos de Pierre Nora (1993), fundamental para a consolidação de determinadas narrativas sobre a identidade nacional brasileira ao longo do século XX. Conforme indica Rodrigues (2022), a instituição, criada sob a égide do Estado Novo em 1940, insere-se em um projeto político-cultural mais amplo, no qual o passado imperial é mobilizado como recurso simbólico de legitimação de uma ideia de unidade e estabilidade nacional. Nesse contexto, constitui-se uma “história monumental”, materializada tanto na arquitetura palaciana quanto na seleção e exposição de objetos emblemáticos, que sustentou, por décadas, uma hegemonia interpretativa sobre o Segundo Reinado.

A análise também demonstra que, quando observada a partir das contribuições da Educação Histórica, a experiência museal se desloca da contemplação passiva para a problematização crítica. A cultura material exposta — incluindo carruagens, mobiliário e indumentárias — revela-se não apenas como testemunho do passado, mas como fonte histórica que permite tensionar as representações consolidadas sobre o Brasil Imperial. Nesse processo, torna-se possível evidenciar as contradições estruturais do período, particularmente a coexistência entre projetos de modernização econômica e a manutenção de uma ordem social profundamente desigual e escravocrata.

Os dados analisados indicam, ainda, que a narrativa museológica é constituída por processos de seleção, hierarquização e silenciamento. A ênfase na opulência da elite monárquica contrasta com a relativa invisibilidade de sujeitos históricos subalternizados, como populações escravizadas e camadas populares. Tal configuração reforça a compreensão do museu como dispositivo de poder, responsável por organizar regimes de visibilidade que influenciam a construção da memória social.

Nesse sentido, a exposição museológica configura-se como um dispositivo pedagógico que exige mediação ativa. A análise evidencia que a mediação é condição fundamental para a ativação do potencial interpretativo do museu, uma vez que os objetos não possuem significados intrínsecos. Como argumenta Knauss (2001), o museu deve ser compreendido como espaço de produção de conhecimento, no qual os sentidos são construídos a partir da interrogação crítica do sujeito. Assim, a experiência museal desloca-se da contemplação para a interpretação, exigindo do visitante uma postura ativa diante das narrativas construídas.

Corroborando essa perspectiva, a noção de “alfabetização histórica”, mobilizada por Rodrigues (2022), indica que os objetos musealizados devem ser compreendidos como vestígios históricos produzidos em contextos específicos e preservados segundo critérios determinados. Os resultados apontam que, ao utilizar o museu como ferramenta de ensino, torna-se possível romper com a ideia de um passado fixo, favorecendo a construção de uma consciência histórica que reconhece a complexidade e a historicidade das narrativas.

Essa leitura crítica está diretamente associada ao reconhecimento de que o museu organiza o passado a partir de disputas de memória, operando escolhas que definem o que deve ser lembrado e o que será silenciado. Nesse ponto, a análise dialoga com a reflexão apresentada por Rodrigues (2022):

Assim, pensar em uma operação pedagógica no campo da produção de conhecimento e do ensino de História que articule uma exposição de acervos implica em enfatizar que ali ocorre a seleção de uma memória, mas não a verdade histórica – que não existe em termos universais – e que esta seleção se dá muitas vezes de maneira socialmente excludente, selecionando o que lembrar e o que esquecer e silenciando atores e experiências sociais de grupos subalternizados. Como ainda sugere Maria Helena Versiani: ‘Não raro, a formação de um acervo ocorre como uma ação estratégica, movida com o intuito de espriar e fortalecer socialmente determinados sentidos, valores e memórias (RODRIGUES, 2022, p. 17–18).

Diante desses elementos, os resultados permitem afirmar que o Museu Imperial desempenha uma função dual. Por um lado, atua como guardião de uma memória institucionalizada, vinculada à construção de uma narrativa monumental sobre o passado imperial; por outro, revela-se como espaço potencial de crítica e resignificação dessas mesmas narrativas quando apropriado a partir de uma perspectiva pedagógica e investigativa.

A discussão evidencia, portanto, que o museu, longe de ser um espaço neutro, constitui-se como campo de disputas simbólicas, no qual memória, poder e ensino se entrelaçam. Ao ser mobilizado no ensino de História, ele possibilita a formação de sujeitos capazes de problematizar o passado, reconhecer silenciamentos e compreender a historicidade das representações. Assim, o Museu Imperial não apenas reflete a sociedade, mas participa ativamente de sua interpretação e transformação.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que os museus, longe de constituírem espaços neutros de preservação, configuram-se como dispositivos históricos complexos, atravessados por relações de poder, escolhas políticas e disputas de memória. Sua trajetória, desde as formas embrionárias de colecionismo até sua institucionalização moderna e

contemporânea, evidencia que o museu sempre esteve vinculado a projetos de produção de conhecimento e de organização simbólica da realidade.

No contexto brasileiro, essa dinâmica revela-se particularmente significativa. A constituição do campo museológico no país esteve, desde suas origens, marcada pela incorporação de modelos europeus e pela reprodução de uma lógica de produção de saber ancorada na colonialidade. Ao mesmo tempo, esse processo foi tensionado por práticas e reflexões que buscaram ampliar os limites da museologia normativa, incorporando a diversidade cultural e as experiências sociais historicamente marginalizadas.

Nesse sentido, o pensamento museológico brasileiro emerge como um campo plural, situado entre a norma e a invenção, entre a racionalidade científica e o que Bruno Brulon denomina de “delírio das coisas”. Essa tensão não deve ser compreendida como fragilidade, mas como potência, na medida em que permite a abertura para novas formas de pensar o museu como espaço de criação, crítica e transformação social.

A análise do Museu Imperial de Petrópolis, por sua vez, evidencia de maneira concreta essas tensões. Instituído como um lugar de memória voltado à consolidação de uma narrativa monumental sobre o passado imperial, o museu também se apresenta, quando submetido a uma abordagem crítica, como espaço de problematização dessas mesmas narrativas. Ao revelar tanto o que é exposto quanto o que é silenciado, o Museu Imperial permite compreender como a memória institucionalizada é construída a partir de escolhas que refletem interesses e valores de determinados contextos históricos.

A contribuição de Rodrigues (2022) é central nesse processo, ao demonstrar que o museu pode ser apropriado como ferramenta pedagógica capaz de promover a alfabetização histórica e a formação de uma consciência crítica. Ao interrogar os objetos musealizados como fontes históricas, o ensino de História desloca o museu de sua função contemplativa para um espaço ativo de investigação, no qual se tornam visíveis as contradições, os conflitos e as múltiplas experiências que constituem o passado.

Dessa forma, conclui-se que o museu, quando compreendido em sua dimensão crítica, pode desempenhar um papel fundamental na formação de sujeitos históricos. Mais do que preservar o passado, ele se torna um espaço de produção de sentidos, no qual se articulam memória, ensino e cidadania. Ao tensionar narrativas hegemônicas e dar visibilidade a experiências silenciadas, o museu contribui para a construção de uma história mais plural e inclusiva.

Por fim, reconhecer o museu como campo de disputas simbólicas implica assumir sua centralidade no debate contemporâneo sobre memória e educação. Nesse horizonte, o desafio que se coloca não é apenas o de preservar acervos, mas o de reinterpretá-los criticamente, ampliando suas possibilidades de significado e reafirmando seu potencial como instrumento de reflexão e transformação social.

Referências Bibliográficas

- BRULON, Bruno. Pensar o pensamento museológico brasileiro: um olhar retrospecto para a Museologia. In: *Anais: 200 Anos de Museus no Brasil: desafios e perspectivas*. [S.l.: s.n.], 2018. p. 14–36.
- CHAGAS, Mário. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 135–152, 2005.
- KNAUSS, Paulo. O museu como lugar de memória e de produção de conhecimento. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 7–18, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

RODRIGUES, Cinthia de Almeida. *Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial*. 2022. 174 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

VERSIANI, Maria Helena. *Criar, ver e pensar: um acervo para a República*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.